

SÉRIE DIREITO E
CORRUPÇÃO
VOLUME 1

PEDRO LUIZ FERREIRA DE ALMEIDA

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

Prefácio: José Roberto Pimenta Oliveira

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020**

Copyright © 2020 by Pedro Luiz Ferreira de Almeida

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

A447i

Almeida, Pedro Luiz Ferreira de
Improbidade administrativa e o princípio da insignificância / Pedro
Luiz Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
244 p. ; 23 cm. - (Direito e Corrupção – Vol. I)

Bibliografia : p. 209-219.

ISBN 978-65-5510-425-7

1. Direito administrativo. 2. Improbidade administrativa. 3. Princípio
da insignificância. 4. Corrupção. I. Título.

CDD342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
1. Apresentação do tema.....	1
2. Justificativa, delimitação e objetivo	2
3. Método adotado.....	3
3.1 Da classificação	5
3.2 Da definição dos conceitos ora estudados.....	7
Capítulo I Princípio Jurídico.....	13
1. Considerações iniciais	13
2. Evolução do conceito de princípio	13
2.1 Conceito de princípio sob a perspectiva dos penalistas.....	19
3. Conclusão sobre o conceito de princípio jurídico	23
Capítulo II – <i>Jus Puniendi</i> e Esferas de Responsabilização.....	25
1. Jus puniendi estatal	25
2. Diversas facetas do jus puniendi: sistemas punitivos.....	28
2.1 Esferas de responsabilização punitivas.....	29
2.2 Identificação de um sistema punitivo.....	32
3. Princípios gerais e específicos.....	37
Capítulo III – Princípio da Insignificância e Direito Penal	45
1. Introdução	45
2. Regime jurídico aplicável no Direito penal	45
3. Características e princípios informadores do Direito penal	51
3.1 Princípio da intervenção mínima ou ultima ratio	51
3.2 Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos	53

3.3 Princípio da ofensividade.....	55
3.4 Caráter fragmentário do Direito penal.....	56
3.5 Princípio da proporcionalidade.....	58
3.6 Tipicidade penal.....	60
3.6.1 Evolução do tipo no Direito penal.....	60
3.6.2 Tipo e fato típico.....	62
3.6.3 Tipicidade.....	63
4. O princípio da insignificância.....	66
4.1 Nomenclatura: princípio da insignificância e crime de bagatela...67	
4.2 Origens do princípio da insignificância.....	67
4.3 Conteúdo do princípio da insignificância.....	71
4.4 Jurisprudência e o princípio da insignificância.....	75
4.5 Crimes contra a Administração Pública.....	79
Capítulo IV – Improbidade Administrativa.....	85
1. Considerações iniciais: corrupção.....	85
1.1 Efeitos da corrupção.....	87
1.2 Medidas de combate à corrupção.....	91
1.2.1 Convenções internacionais.....	92
1.2.2 Direito pátrio.....	98
2. Improbidade Administrativa.....	104
2.1 Regime jurídico.....	104
2.2 Bem jurídico tutelado: moralidade e probidade administrativa..	109
2.3 Princípio da culpabilidade e o elemento subjetivo da conduta ímproba.....	118
2.4 Princípio da tipicidade e improbidade administrativa.....	127
2.5 Tipicidade material e improbidade administrativa.....	132

Capítulo V – Princípio da Insignificância e Improbidade Administrativa .	139
1. O princípio da insignificância na improbidade administrativa	139
2. Aplicação do princípio da insignificância na improbidade administrativa	144
2.1 Principais critérios de interpretação	144
2.2 Momento em que a insignificância deve ser verificada.....	145
2.3 Aplicação da insignificância aos tipos previstos na LIA.....	148
2.3.1 Considerações iniciais: a qualificação do ato ímprobo.....	148
2.3.2 Improbidade e enriquecimento ilícito (art. 9º, LIA)	151
2.3.3 Improbidade e dano ao erário (art. 10 e 10-A, LIA).....	161
2.3.4 Improbidade e ofensa aos princípios da Administração Pública (art. 11, LIA).....	173
3. O ato de improbidade de pequeno potencial ofensivo e o princípio da insignificância	183
3.1 A posição do MPF.....	186
4. Jurisprudência e o princípio da insignificância na improbidade administrativa	189
Conclusão	199
Referências	209